

# BOLETIM DE CONJUNTURA

**DIEESE** DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE  
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Número 6 - Março de 2016

A economia brasileira teve, no geral, um desempenho negativo em 2015, o que impôs dificuldades e perdas para a população trabalhadora. Diante do atual cenário nacional e internacional, o que se pode esperar para 2016?



## A ECONOMIA EM UM MUNDO DE INCERTEZAS

### *2015: produção de desempregados e corte de rendimentos*

O ano de 2015 terminou com a economia brasileira tendo um desempenho negativo, conforme indicam quase todos os dados econômicos divulgados. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o PIB teve retração de 3,8% em 2015 na comparação com o ano anterior e os investimentos reduziram-se em 14,1%; a Pesquisa Industrial Mensal mostrou que a produção industrial brasileira caiu 8,3% em 2015, voltando ao nível de janeiro de 2009, em plena fase aguda da crise internacional; as vendas no varejo ampliado (que inclui comércio de automotores e material de construção) encolheram 8,6%; o volume de serviços diminuiu 3,6%; e a taxa de desemprego nas seis regiões metropolitanas pesquisadas alcançou 6,9% em dezembro, em comparação com 4,3% em dezembro de 2014. Além disso, a inflação anual acelerou: o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mostrou uma alta de 10,67% em 2015 (em contraste com 6,41% no ano anterior) e o INPC, que capta a inflação de famílias de renda menor, variou 11,28% (contra 6,23% em 2014).

O DIEESE também apontou alta da taxa de desemprego nas regiões metropolitanas pesquisadas, tanto no indicador de dezembro de 2015 em relação ao de 2014, quanto na comparação das médias dos anos. Na Região Metropolitana de São Paulo, por exemplo, a taxa de desemprego em dezembro de 2015 alcançou 13,9%, em comparação com 9,9% um ano antes. Ainda segundo os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), o rendimento médio dos ocupados, em dezembro de 2015, foi inferior ao de dezembro do ano anterior em todas as regiões pesquisadas. No Distrito Federal, o rendimento médio caiu 1,43% e, nas regiões metropolitanas pesquisadas, reduziu-se entre 4,4% (em Fortaleza) e 8,3% (em Salvador). No mesmo período, a população economicamente ocupada também diminuiu em todos os locais pesquisados, com retrações entre 1,7% (em São Paulo) e 6,8% (em Fortaleza). Aliada ao recuo do crédito

e à insegurança quanto à renda e ao emprego, a combinação da diminuição do número de ocupados com a queda do rendimento médio explica, em boa medida, a redução do consumo.

O único setor que, segundo os dados, teve bom desempenho em 2015 foi a agropecuária. O valor bruto da produção agrícola e pecuária aumentou 0,8%, em 2015. E, ademais, segundo o IBGE, a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas em 2015 (de 209,5 milhões de toneladas) superou a de 2014 em 7,7%. Segundo o Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados (Caged, do Ministério do Trabalho e da Previdência Social), a agropecuária foi o único setor de atividade econômica que gerou postos de trabalho (com carteira) em 2015, embora em número pequeno.

Em 2015, o Caged apontou a perda de 1,5 milhão de postos de trabalho com vínculo de trabalho celetista, isto é, emprego com carteira assinada, exclusive o emprego doméstico (ver Tabela 1). Em números absolutos, o setor de atividade que mais eliminou postos foi a indústria de transformação. Em termos relativos, a construção civil lidera a perda de empregos.

**TABELA 1**  
**Evolução do emprego por setor de atividade econômica**  
**Brasil – 2015**

Setores	Total admitidos	Total desligados	Saldo	Varição emprego (%)
Extrativa mineral	40.302	54.341	-14.039	-6,33
Indústria transformação	2.801.816	3.410.694	-608.878	-7,41
Serv. indust. util. pública	84.365	92.739	-8.374	-1,99
Construção civil	2.029.841	2.446.800	-416.959	-13,60
Comércio	4.423.326	4.641.976	-218.650	-2,32
Serviços	7.172.221	7.448.275	-276.054	-1,58
Administração pública	84.830	94.068	-9.238	-1,03
Agropecuária	1.070.566	1.060.745	9.821	0,63
<b>TOTAL</b>	<b>17.707.267</b>	<b>19.249.638</b>	<b>-1.542.371</b>	<b>-3,74</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS). Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Lei 4923/65

## O CENÁRIO INTERNO: O QUE GEROU ESSES RESULTADOS

A economia brasileira já vinha em desaceleração desde 2010. Naquele ano, o PIB cresceu 7,5%, em comparação ao anterior (2009) e, em seguida, as variações foram de 3,9% (2011), 1,9% (2012), 3,0% (2013) e 0,1% (2014). Apesar dos diversos incentivos e estímulos criados pelo Governo (como os programas Minha Casa Minha Vida e os voltados para o investimento, a desoneração da folha de pagamentos, a diminuição das tarifas de energia, a redução da taxa básica de juros, entre outras medidas), os investimentos não reagiram no montante e na continuidade necessários e, portanto, a economia não tomou impulso. A partir de 2012, a diminuição no ritmo de crescimento da China e a redução do preço dos minérios e dos siderúrgicos também afetaram negativamente a economia nacional. No ano eleitoral de 2014, a combinação de empenho do Estado em estimular a economia, de um lado, com a retração do setor privado, de outro, trouxe como consequência uma economia estagnada e crescimento do déficit público. Adicionalmente, a campanha eleitoral muito acirrada e os resultados da eleição (com um Congresso de perfil muito conservador e, para a presidência, uma votação muito equilibrada) viabilizaram a consolidação de um cenário político de intensa disputa.



A marca definidora da conjuntura nacional atual é a inter-relação entre a economia em recessão com aceleração inflacionária e essa disputa política. Pode-se afirmar que, desde meados de 2013, vigora no país uma situação de acirrada luta política, que contamina o desempenho econômico, o qual, por sua vez, afeta a disputa em si e a composição das forças em jogo. O foco da disputa é o controle do Estado e dos rumos do país, tanto na perspectiva da gestão de curto prazo da política econômica e das políticas públicas, quanto em relação ao projeto de futuro da Nação.

Talvez as três correias de transmissão mais visíveis entre as esferas da (macro) política e da economia sejam a Operação Lava Jato; a atuação parlamentar; e as incertezas. Sem discutir o mérito das investigações em si, a Operação Lava Jato gerou graves distúrbios nos negócios dos setores de petróleo e construção e fragilizou ainda mais a Petrobras e as empresas da cadeia produtiva do petróleo e gás, num momento de sérias dificuldades para essa indústria no mundo. Além disso, a fragilização das empresas de construção pesada, em decorrência da Lava Jato, e o ajuste fiscal reduziram o volume e ritmo de investimentos públicos em infraestrutura. Assim, o principal setor a puxar os investimentos no país e que constituía o orientador econômico do desenvolvimento foi francamente atingido pela Operação. E a economia nacional sofreu com a perda de empregos, diminuição dos investimentos, fragilização de grandes empresas nacionais e a perda do principal dinamizador do crescimento interno. Além disso, o não

pagamento de empréstimos feitos às grandes empreiteiras e a empresas do setor de petróleo pode vir a ameaçar a sólida situação do sistema financeiro nacional.

No âmbito parlamentar, o governo enfrenta a dificuldade de formar uma base consistente que garanta a governabilidade, o que o submete a constantes renegociações e acertos para obter apoio a suas iniciativas. O comportamento errático dos parlamentares e do governo amplia a incerteza e a inconsistência de medidas adotadas, dando ensejo à sensação de falta de direção e de coerência nas medidas econômicas adotadas.

A Operação Lava Jato, o desempenho dos parlamentares e a disputa pelo controle do Estado também guardam outras relações. A busca de controle sobre o Estado pode refletir a tentativa de direcionar os rumos das investigações. E, além disso, o prolongamento sucessivo das investigações e a descoberta de novas frentes de suspeitas dificultam a construção de acordos políticos que sustentem uma hegemonia parlamentar.

Todo esse quadro político nebuloso amplia as incertezas sobre a trajetória econômica do país. Com tanta incerteza, os agentes econômicos não investem e, ao contrário, se refugiam em posições conservadoras e na defesa dos seus recursos. A queda dos preços internacionais de diversos produtos importantes na estrutura produtiva brasileira (como minério de ferro e produtos de aço, entre outros) também contribuiu para a contenção dos investimentos. Com as altas taxas de juros, os títulos da dívida pública aparecem como opção que garante, aos recursos aplicados, segurança e liquidez (isto é, os recursos podem ser rapidamente resgatados e voltar à forma de moeda corrente). Por outro lado, a elevação dos juros e a depreciação do real coloca em risco financeiro as empresas endividadas. A taxa de câmbio passou de R\$ 2,70 por dólar no início de janeiro de 2015 para o patamar de R\$ 4,00 no início de janeiro deste ano (cotação semelhante à atual), com uma desvalorização em torno de 50%. Essa desvalorização ocorreu apesar de o Banco Central vir fazendo operações com títulos para suavizar ou segurar a desvalorização do real, impondo alto custo para a dívida pública.

A despeito de toda essa incerteza, o quadro econômico ruim de 2015 ainda resulta, em boa parte, das medidas adotadas pela Presidente Dilma logo depois de reeleita. A escolha de Joaquim Levy para ministro da Fazenda, no final de 2014, tentava ampliar a base de apoio da Presidente no parlamento e entre atores sociais insatisfeitos com a política econômica do seu primeiro mandato. A direção de política econômica implantada pelo ministro tinha por objetivo produzir um ajuste fiscal relevante (com redução de despesas e elevação de receitas) e corrigir, de uma só vez, os preços administrados contidos. A combinação de ajuste fiscal com correção de preços administrados, num cenário de taxas de juros em elevação (trazendo impactos defasados à economia) e de desvalorização cambial acentuada foi fatal para a atividade econômica. A elevação brutal das tarifas de energia elétrica e a grande desvalorização do real deram um empurrão nas taxas de inflação. A tentativa de fazer um ajuste fiscal numa economia em

desaceleração (ocasionada, entre outros motivos, por conta da elevação dos juros) gerou uma recessão que, no final, acabou por reduzir a arrecadação tributária. Do ponto de vista fiscal, no final de 2015, o setor público gerou um déficit nominal de 10,3% do PIB, mas, apenas com pagamento de juros, o setor público despendeu 8,5% do PIB. Parte do déficit fiscal de 2015 decorre dos pagamentos de despesas públicas cujo pagamento vinha sendo adiado.

De todo modo, a tentativa de fazer um ajuste fiscal numa economia em desaceleração, com aumento da inflação e no meio de um processo de elevação dos juros, deu uma freada brusca na economia. Do ponto de vista dos trabalhadores, alta inflação com alto desemprego configura a pior combinação possível.

## O CENÁRIO EXTERNO: TEMPO SUJEITO A NÉVOA E TROVOADAS

O cenário econômico internacional não é menos desafiador. Do ponto de vista econômico, existem pelo menos seis focos de instabilidade no mundo neste momento: a desaceleração da China, a queda das cotações das *commodities*, a perda de ritmo da economia dos países emergentes, as políticas monetárias nacionais em desalinho, a situação financeira dos bancos dos países centrais e a queda das bolsas, em particular nos EUA.



Ao que indicam os sinais, a China tem tido dificuldades em realizar a transição de seu modelo de desenvolvimento e em sustentar o crescimento econômico, que se considera ser condição para a estabilidade política interna. Depois de um longo período com altas taxas de crescimento, puxadas, primeiro, pelas exportações de manufaturas e, depois, pelos investimentos em infraestrutura, a economia chinesa não tem logrado fazer da expansão do mercado consumidor interno o motor de sua expansão. Devido ao peso da economia da China no mundo e no comércio internacional, a desaceleração pela qual passa, traz perda de dinamismo para a economia mundial. Ademais, não se sabe quais serão os impactos dessa trajetória de menor crescimento sobre os bancos chineses e nas dívidas das províncias.

O segundo foco de instabilidade mundial decorre, em grande medida, da desaceleração chinesa: a queda do preço das *commodities* (produtos de pequena diferenciação e pouco processamento industrial). A queda nas cotações das *commodities* reflete a redução da demanda chinesa, ainda que esse fator pareça ser mais determinante no caso do minério de ferro, por exemplo, do que no do petróleo. E a diminuição nos preços das *commodities*, por sua vez, traz um impacto negativo para as economias dos “países emergentes”. A deterioração da situação e das perspectivas econômicas dos países emergentes tirou desses países a

condição de porto seguro para valorização dos capitais e, agora, pode gerar uma saída de capitais, em busca de maior rentabilidade e/ou segurança em outros locais.

As políticas monetárias nacionais divergentes também trazem abalos e incertezas à economia internacional. Enquanto os EUA elevaram os juros em dezembro de 2015, depois de um longo período de taxas praticamente zeradas, vários países, como a União Europeia, Japão, Suécia, Dinamarca e Suíça, aplicam políticas de juros negativos (isto é, quem coloca dinheiro em títulos desses bancos recebe, no futuro, uma quantia – ligeiramente – menor do que a original). Apenas a discussão sobre a possibilidade de taxas de juros negativas sinaliza para a fragilidade da economia, o que contamina as expectativas e reduz o ânimo dos investidores na economia produtiva.

A queda dos preços das *commodities*, em particular do petróleo, e as políticas monetárias frouxas (de taxas de juros negativas) também colocam sob suspeição os resultados e a solvência (isto é, a capacidade financeira) dos bancos dos EUA e Europa. Com taxas de juros negativas, os bancos têm menor capacidade de obter lucros. E, considerando que alguns bancos financiaram de modo intenso a expansão da produção de petróleo de xisto nos EUA e no Canadá, a queda vertiginosa da cotação do petróleo ameaça a capacidade das empresas de extração de petróleo para pagar os empréstimos bancários.

Por fim, o recuo nos preços das *commodities*, as incertezas sobre o sistema financeiro internacional e sobre a economia no mundo impõem perdas às cotações nas bolsas de valores. Nos EUA, boa parte da poupança das famílias está aplicada nas bolsas. Com a queda dos preços das ações, as famílias ressentem-se da perda de valor de suas reservas, o que tende a reduzir o consumo.

O desempenho da economia mundial, portanto, não favorece o Brasil. Ao contrário, as incertezas no cenário externo amplificam as imprevisibilidades do cenário interno. Entretanto, deve-se ressaltar que em 2015 o resultado da balança comercial foi positivo para a economia brasileira. Em boa medida, o bom desempenho da balança comercial decorreu da recessão interna, que comprimiu as importações. Também para 2016 espera-se que o resultado líquido das exportações menos importações seja melhor que o desempenho da economia voltada para o mercado interno. O bom momento de alguns produtos exportados pelo Brasil (como a celulose) e o início de substituição de importados por produção nacional refletem-se em resultados melhores de algumas empresas, setores e regiões do país.

A simultaneidade desses sintomas de fragilidade na economia mundial e a falta de instrumentos dos Estados nacionais para enfrentarem essas dificuldades sugerem que o capitalismo, neste momento, passa por uma crise mais profunda, que pode estar ligada ao longo período de concentração de renda, à expansão da capacidade produtiva (particularmente, na China) e a uma relativa estagnação tecnológica no setor produtivo, com poucos ganhos de produtividade. A volatilidade do capital especulativo e a sucessão de

ondas de otimismo e pessimismo em mercados específicos (ações, moedas, petróleo, commodities) sinalizam para a instabilidade econômica permanente no mundo.

## E O QUE PODE SE ESPERAR?

Esse cenário de grandes incertezas, no país e no exterior, dificulta a retomada de crescimento da economia brasileira, principalmente por ampliar a imprevisibilidade sobre os retornos dos investimentos no setor produtivo. Isso não significa que os atores políticos estejam imobilizados, ao contrário.

No *front* interno, o governo conseguiu aprovar algumas medidas do ajuste fiscal de curto prazo (como a repatriação de recursos do exterior, elevação do imposto sobre ganhos de capital, além de cortes no orçamento público). De toda forma, o ministro da Fazenda recém-empossado, Nelson Barbosa, parece apostar mais em medidas que tendem a reduzir ou, pelo menos, flexibilizar a pressão sobre os gastos públicos. Entre as medidas, ainda em versão preliminar e de ensaio, contam-se as propostas de ajuste da Previdência e a ideia de instituir bandas para as metas de resultados orçamentários, vinculadas a ajustes automáticos de gastos de acordo com o desvio do resultado em relação às metas. Aparentemente, com a dificuldade de aprovação da Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF), o Governo tem investido na intenção de “melhorar”, do ponto de vista contábil, o financiamento do Estado no longo prazo, em detrimento do ajuste mais imediato. Assim, a crise econômica e a busca de ajuste fiscal colocaram a reforma da Previdência na pauta, e o mesmo poderá ocorrer com outras questões trabalhistas. Não se pode esquecer que o projeto de lei que regulamenta em alguns pontos e libera amplamente a terceirização (PLC 30/2015) está no Senado para ser apreciado. Observe-se que todas essas propostas (em particular, a de mudanças na Previdência) operam no sentido de fragilizar ainda mais a base social de apoio ao governo federal e de dificultar a construção de alianças em defesa do crescimento e do emprego.

No Congresso Nacional, várias medidas importantes para o futuro do país estão prestes a serem votadas. Algumas, se aprovadas, não precisam de sanção presidencial<sup>1</sup>. Entre as principais propostas, estão a emenda constitucional que estabelece a autonomia do Banco Central (PEC 43/2015) e o projeto de lei do Senado (PLS) instituindo a “lei de responsabilidade das estatais” (PLS 555/2015), que pode induzir à privatização de todas as empresas estatais.

No dia 24 de fevereiro, o Senado aprovou uma versão modificada do PLS 131/2015, que elimina a obrigatoriedade de a Petrobras ser a operadora única dos campos de petróleo da camada de pré-sal. Caso a Câmara de Deputados também aprove esse projeto e a Presidente não o vete, o Conselho Nacional de

---

<sup>1</sup> O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) acompanha as discussões no Congresso e, em 22/02/15, divulgou lista de proposições a serem apreciadas neste primeiro semestre. (Ver em [http://www.diap.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=25774:senado-18-prioridades-para-o-semester&catid=45:agencia-diap&Itemid=204](http://www.diap.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25774:senado-18-prioridades-para-o-semester&catid=45:agencia-diap&Itemid=204) ).

Política Energética (CNPE) passará a decidir, em relação a cada campo do pré-sal oferecido à exploração, se a Petrobras terá preferência para ser operadora; e, caso o CNPE conceda preferência à Petrobras para ser a operadora do campo, a empresa poderá aceitar ou não e, quando aceitar, o CNPE fixará o percentual de participação no consórcio de exploração, que não poderá ser inferior a 30%. O CNPE é uma instância composta por 14 membros, dos quais nove ministros, segundo a Resolução nº 7/2009 do Ministério das Minas e Energia. Assim, caso o substitutivo do PLS 131 venha a ser aprovado, duas condições terão que ser atendidas para a Petrobras ser a operadora do campo de pré-sal em oferta: o CNPE deve conceder preferência à Petrobras; e esta empresa tem que aceitar. A inobservância de uma dessas duas condições pode excluir a Petrobras da operação e, portanto, comprometer o controle do Estado brasileiro. Podem ocorrer várias situações que tirem a Petrobras da operação da exploração de campos de petróleo do pré-sal, tais como um "excesso" de oferta de campos para exploração num certo momento, o que comprometeria a capacidade financeira e gerencial da Petrobras; uma diretoria da Petrobras que privilegie sua valorização no mercado; pressões sobre o CNPE por parte de políticos, de governantes de estados e municípios, de empresas do setor e da cadeia produtiva para acelerar a extração. Com a lei atual em vigor (Lei 12.351/2011, do regime de partilha), a Petrobras, como operadora exclusiva, impõe barreiras a essas situações e dá garantias ao Estado e à Nação. Com a condição de operadora da exploração das reservas do pré-sal, a Petrobras controla o ritmo, a forma, o custo e o registro da extração, o que possibilita um acompanhamento oficial mais restrito do processo produtivo e a observância dos requisitos legais, inclusive da geração dos *royalties* e da efetivação da política de conteúdo nacional. Além do mais, a Petrobras, como operadora exclusiva, impõe um limite à superprodução de petróleo no país e aos riscos de barateamento excessivo do dólar e desindustrialização, como fruto de possível superprodução nacional do óleo. Por isso, as mudanças aprovadas no Senado podem significar o início do desmonte do modelo de desenvolvimento nacional com base nas reservas do pré-sal, por meio da política de conteúdo nacional, de estímulos à industrialização e à inovação tecnológica e de recursos para as políticas públicas de saúde e educação.



Por outro lado, na conjuntura nacional, há pelo menos dois sinais positivos para quem vive do trabalho. A decisão do Conselho de Política Monetária (Copom) de não elevar a taxa básica de juros da economia, ao contrário do que seus membros e documentos vinham sugerindo até pouco antes da última reunião, deve ter resultado da consideração da ineficácia de nova elevação da taxa de juros, ainda mais num cenário de grave crise internacional e de tendência deflacionária no mundo. Mais uma elevação de juros



seria ineficaz para conter e reduzir a inflação, porque a taxa de juros já está alta o suficiente, e a inflação não decorre de excesso de demanda, conforme revelam todos os dados sobre a atividade econômica (produção, consumo, investimento etc.). Ademais, nova elevação da taxa de juros poderia exigir um esforço fiscal adicional (de elevação de receitas e/ou redução de despesas). Ou seja, exigiria um esforço redobrado de ajuste fiscal numa economia em recessão, o que tem se mostrado totalmente contraproducente.

O segundo sinal positivo diz respeito à articulação de setores da sociedade civil em favor de uma trajetória de retomada do crescimento e da geração de empregos. As negociações e a construção do Compromisso pelo Desenvolvimento, com participação de entidades sindicais de trabalhadores e de associações empresariais, constituem a formação de uma coalizão interessada na promoção da produção e do emprego.

Como já afirmado, a marca da conjuntura atual é a combinação da recessão econômica com a disputa pelos rumos do país, no curto e no longo prazos. Essa luta pelo controle político do Estado envolve não apenas a tentativa de substituição da Presidência, mas também a busca de construção de maiorias para aprovação de medidas que (re) orientem o desenvolvimento do país, independentemente do que venha a acontecer no âmbito do Executivo. A recessão em si e as análises e projeções sobre ela, muitas vezes, servem de alavanca para promoção de mudanças que interessam a grupos socioeconômicos específicos. Mais uma vez, cabe ao movimento sindical procurar construir alianças e ganhar impulso para garantir uma rota de desenvolvimento com distribuição de renda e condições dignas de vida e trabalho para a população brasileira.

**Presidente: Zenaide Honório**

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

**Vice-presidente: Luis Carlos de Oliveira**

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

**Secretário Executivo: Antônio de Sousa**

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

**Diretor Executivo: Alceu Luiz dos Santos**

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

**Diretor Nacional: Bernardino Jesus de Brito**

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

**Diretora Executiva: Cibele Granito Santana**

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

**Diretor Executivo: Josinaldo José de Barros**

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

**Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes**

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

**Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira**

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

**Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa**

Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA

**Diretora Executiva: Raquel Kacelnikas**

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

**Diretor Executivo: Roberto Alves da Silva**

Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de SP

**Diretor Executivo: Ângelo Maximo de Oliveira Pinho**

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

**Direção Técnica**

Diretor técnico: Clemente Ganz Lúcio

Coordenadora executiva: Patrícia Pelatieri

Coordenadora administrativa e financeira: Rosana de Freitas

Coordenador de educação: Nelson de Chueri Karam

Coordenador de relações sindicais: José Silvestre Prado de Oliveira

Coordenador de atendimento técnico sindical: Airton Santos

Coordenadora de estudos e desenvolvimento: Ângela Maria Schwengber

**Equipe Responsável**

Adhemar Mineiro

Airton Santos

Clóvis Scherer

Frederico Melo

Jose Álvaro Cardoso

Thomaz Ferreira Jensen